

1 ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE  
2 AMBIENTAL – CECA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2025. Às oito horas e trinta  
3 minutos, legalmente convocados, reuniram-se presencialmente os Conselheiros que  
4 compõem o Conselho Estadual de Controle Ambiental – CECA, Claudia Moreira  
5 Borges (FIEMS), Ana Beatriz Paiva Sá Earp de Melo (SENAR), Gabriel Marcari  
6 Canhete (IBAMA), Osvaldo Abrão de Souza (SINDARQ-MS), Angelo Rabelo (IHP),  
7 Isaias de Souza Franco Silva (AGRAER), Keiciane Soares Brasil (CREA-MS), André  
8 Borges (IMASUL), Rayra Gabriela Soares Shinzato (FAMASUL), Lucas Orsi Abdul  
9 Ahad (ASSOMASUL), Lenon Henrique Lovera (FUNDAÇÃO MS), Daniella Pereira  
10 Fagundes de França (SOS Pantanal), Diego da Silva Ferreira Rosa (PMMS) e Fábio  
11 Padilha (SEMADESC). Formada a mesa, foram abertos os trabalhos pelo presidente do  
12 CECA, o Secretário da SEMADESC, Jaime Verruck. Ele cumprimentou e agradeceu a  
13 presença de todos, certificou-se do quórum adequado para então iniciar a pauta. O  
14 primeiro ato foi a leitura da nomeação dos novos conselheiros e suplentes que  
15 receberam as boas-vindas. O segundo assunto previsto era a aprovação da ata da  
16 150ª Reunião Ordinária (15/05/2025), mas em razão de chegada dos novos  
17 representantes e de ainda não se ter o mailing de todos, a ata será submetida a  
18 aprovação na próxima reunião, quando se tiver todos os e-mails dos conselheiros e  
19 suplentes. O terceiro assunto foi a Distribuição de Processo 0000308/2025, da MSFC  
20 Florestal Ltda, BRACELL, com EIA-RIMA para Licença Prévia (LP) de indústria de  
21 fabricação de celulose, pasta mecânica, papel e papelão, em Bataguassu/MS; e para  
22 que os conselheiros conhecessem o processo, foi dado espaço para o Sr Alexandre  
23 Figueiredo, Gerente Sênior, para que fizesse uma apresentação do Estudo de Impacto  
24 Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em 30 minutos. Ao final os  
25 conselheiros puderam questionar tanto o próprio processo como o planejamento de  
26 ações de mitigação aos impactos sociais. O conselheiro Osvaldo manifestou  
27 preocupação com as pequenas cidades e o impacto causado por empresas como a  
28 BRACELL, por isso questionou quais seriam as medidas adotadas para mitigar os  
29 problemas de gestão pública municipal e até mesmo socioeconômicos. O  
30 representante da empresa concordou com a necessidade desse tipo de planejamento e  
31 informou que serão construídos alojamentos em Bataguassu e estão estudando  
32 também quais os serviços públicos que precisarão de investimento para ampliação  
33 adequada à nova demanda. Tendo havido inclusive uma audiência pública no  
34 município para discutir isso. O Presidente do CECA, Jaime, informou que o Estado  
35 também está muito preocupado e acompanhando de perto as necessidades de gestão  
36 municipal, inclusive será realizada a revisão do Plano Diretor de Bataguassu,  
37 considerando a nova realidade. O Conselheiro Rabelo concorda com a importância do  
38 tema e recomenda que a empresa monitore o Índice de Desenvolvimento Humano  
39 (IDH), bem como o impacto do novo tráfego de veículos sobre a fauna silvestres,  
40 especialmente considerando casos de colisão nas estradas. O representante da  
41 empresa, informou que foi feito um mapeamento dos fluxos de entrada, serviço e saída  
42 de veículos dentro do EIA-RIMA e que a proposta é de adesão aos preceitos do  
43 Programa Estrada Viva. O Presidente do CECA agradeceu aos representantes da

44 empresa e valorizou a importância da equipe técnica do IMASUL na orientação e  
45 avaliação do processo e, dito isso, conduziu o sorteio para definição do conselheiro que  
46 elaborará parecer técnico do EIA-RIMA. A instituição sorteada foi a ASSOMASUL, cujo  
47 representante presente na reunião é Lucas Orsi Abdul Ahad. O presidente do CECA,  
48 pede licença a todos porque tem outra agenda, e delega a condução da reunião à  
49 Secretária Executiva, Ana Cristina Trevelin. Feito isso é dado início ao quarto assunto  
50 da pauta que é sobre o Requerimento de anulação do Processo 23/305021/2002, de  
51 criação da RPPN Laudelino Flores Barcelos, em Terenos/MS, que é explicado pelo  
52 Presidente do IMASUL e Conselheiro do CECA, Sr. André Borges. Ele inicia  
53 informando que a criação da RPPN se deu através da deliberação CECA/MS/N. 003,  
54 de 06 de junho de 2003, no entanto houve um vício na criação, quando, na  
55 oportunidade, a solicitação do ato administrativo não foi assinada por ambos os sócios  
56 da propriedade rural, que eram casados, mas apenas por um deles, sem a devida  
57 procuração do outro. Ocorre que neste momento atual, a sociedade e o casamento se  
58 desfizeram e a parte que não deu anuência à criação da Unidade de Conservação  
59 exige a extinção do ato. O parecer jurídico é de que, constatado o vício no processo,  
60 ele deve ser anulado, por isso o assunto foi trazido ao conhecimento do conselho, uma  
61 vez que o documento de criação partiu dessa governança. Pergunta-se aos  
62 conselheiros se há algum comentário contrário a deliberação do CECA para anuência à  
63 anulação da RPPN Laudelino Flores Barcelos. Não havendo comentários contrários,  
64 fica deliberado que o CECA acatou o requerimento do IMASUL e a minuta de resolução  
65 SEMADESC para revogação da Deliberação CECA/MS/N. 003. O quinto e último  
66 assunto são os “informes gerais” e a Secretária Executiva do CECA fortalece as boas-  
67 vindas a todos, coloca-se à disposição para apoiar a todos no que for necessário e  
68 informa que há duas vagas disponíveis para conselheiros do CECA participarem do  
69 Fórum Estadual de Mudanças Climáticas do Mato Grosso do Sul (FEMC/MS), e que  
70 caso tenham interesse podem entrar em contato direto. O Conselheiro Osvaldo pede a  
71 palavra para solicitar esclarecimentos sobre os estudos da zona de amortecimento do  
72 Parque Estadual do Prosa porque ele está preocupado com as pressões econômicas e  
73 seu impacto na conservação dos mananciais, sugere por fim que esse assunto seja  
74 tratado no CECA. O conselheiro Rabelo concorda e fala sobre a sua própria  
75 preocupação com a questão hídrica, especialmente no Prosa. O conselheiro André  
76 Borges explica que o assunto está sendo tratado pelo Ministério Público do MS  
77 (MPMS) que entrou com uma ação contra o Estado exigindo a regulamentação da zona  
78 de amortecimento do Parque e concomitantemente entrou contra a prefeitura exigindo  
79 a interrupção das licenças ambientais que estão nessa área. As principais  
80 preocupações são com drenagem, sistema viário, atropelamento de fauna silvestre, e  
81 rede de captação e tratamento de esgoto. Ele ressalta que, por exemplo, as vias de  
82 acesso ao Parque foram estruturadas nos anos 1980, quando a cidade tinha outro  
83 tamanho, outro número de veículos e moradores. Ele cita ainda que, considerando, por  
84 exemplo, o problema de drenagem, o correto agora é fazer um projeto de  
85 macrodrenagem para área prevendo construção de bacias de retenção. O conselheiro  
86 Osvaldo questiona se o plano de manejo da UC já não devia ter definido tudo isso. Ao

87 que o André responde que o plano de manejo é restrito à UC e não expande para área  
88 de amortecimento, por isso é preciso fazer esse novo projeto e regulamentação  
89 garantindo a sustentabilidade. Não havendo mais assuntos, a Secretária Executiva  
90 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada 151ª reunião ordinária do CECA.  
91 Eu, Ana Cristina Trevelin, Secretária Executiva do CECA, lavro a presente ata, que vai  
92 assinada por mim e pelo Presidente do Conselho. Campo Grande – MS, 29 de agosto  
93 de 2025.

94

95

96

97   
\_\_\_\_\_  
**Jaime Verruck**

98 Presidente do CECA

99

100

101   
\_\_\_\_\_  
**Ana Cristina Trevelin**

102 Secretária Executiva do CECA